

TERMO DE REFERÊNCIA

MODALIDADE: PREGÃO

Número do processo:14955/2025

1. DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente Termo de Referência, a contratação de locação de 1 (um) veículo tipo micro-ônibus com capacidade máxima para 16 (dezesesseis) passageiros incluindo todas as despesas com manutenções preventivas e corretivas com vigência para 12 (doze) meses em veículos próprios para o transporte de passageiros para atender a demanda de alunos residentes na região do Córrego Grande, respeitando a capacidade veicular, conforme especificações constantes neste Termo de Referência, no Edital e Anexos, que passam a fazer parte integrante deste Termo de Referência, independente de transcrição, juntamente com a Secretaria de Educação, Esporte e Cultura desta Prefeitura, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2 Detalhamento do objeto, conforme especificações técnicas, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, abaixo discriminadas:

ITEM	UN	QUANT.	DESCRIÇÃO	VALOR MEDIANO UNITÁRIO	VALOR ESTIMADO
1	MÊS	12	LOCAÇÃO MENSAL DE 1(UM) VEÍCULO TIPO MICRO-ÔNIBUS COM CAPACIDADE PARA ATÉ 16 (DEZESSEIS) PASSAGEIROS, INCLUINDO MOTORISTA. O VEÍCULO DEVERÁ ATENDER AS EXIGÊNCIAS DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO (CTB), POSSUIR TODOS OS ITENS DE SEGURANÇA OBRIGATÓRIOS, EMPLACADO DEVIDAMENTE E COM DOCUMENTAÇÃO REGULARIZADA E QUE CONTENHA NO MÍNIMO: ANO/MODELO: 2012/2012. A LOCAÇÃO SERÁ MENSAL, CONFORME DIAS LETIVOS ESTABELECIDOS NO CALENDÁRIO ESCOLAR, PODENDO OCORRER AOS SÁBADOS. O VEÍCULO DEVERÁ FICAR À DISPOSIÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA 24 (VINTE E QUATRO) H POR DIA, CONFORME NECESSIDADE DOS ALUNOS, INCLUINDO TODAS AS	R\$ 8.193,33	R\$ 98.319,96

			DESPESAS DIRETAS E INDIRETAS, ABRANGENDO MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA.		
--	--	--	---	--	--

1.3 Os objetos desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto nº 022, de 16 de janeiro de 2024.

1.5 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação a vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 O objeto da referida demanda deriva de fato previsível, e encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual, conforme ETP.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1 Constatou-se que a contratação dos serviços em locação de veículo para transporte de escolares, se torna mais vantajosa para a Administração Pública, já que a empresa vencedora do certame disponibilizará o veículo com todas as despesas inclusas, conforme calendário escolar da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura, ficando responsável pelo veículo, manutenções corretivas e preventivas. Diante disso, identificou-se que a contratação pretendida tem o melhor custo benefício para a Administração Pública, na medida em que representa maior comodidade e otimização de tempo e maior economia para a Administração. A solução como um todo abrange a prestação dos serviços de natureza continuada de transporte, incluindo o fornecimento de veículos.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Especificações básicas dos serviços:

4.1 Quanto aos veículos:

- I. Veículos em conformidade com o quantitativo de passageiros, portanto técnica e operacionalmente adequados ao transporte pretendido, visando à segurança dos passageiros;
- II. O veículo deverá apresentar autorização especial para o objeto, expedida pelo DETRAN, em função de vistoria periódica obrigatória a cada 6 meses, oferecendo perfeitas condições de uso e conservação. Deverão conter todos os equipamentos de segurança e especificações do CONTRAN, e estar com documentação regular;
- III. Atender, quanto ao veículo, às exigências contidas nos artigos 136 e 137 do Código Brasileiro de Trânsito (Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997) e as determinações da Portaria nº 023/2012-

GP/GJUR alterada pela Portaria 602/2014/GP/SG, Portaria 727/2018-GP/DO alterada pela Portaria 948/2018-GP/DO do DETRAN/GO e Portaria 742/2021 alterada pela Portaria 564/2022 do DETRAN/GO.

- a. Registro como veículo de passageiros e quanto à categoria, como aluguel;
- b. O veículo deverá ter seguro RC TRANSPORTADOR REGIONAL na categoria VEÍCULOS ESCOLARES, com importância segurada de (R\$ 100.000,00) cem mil reais ou seguro total;
- c. Veículo na cor branca, com no máximo 15 (quinze) anos de fabricação;
- d. Para os veículos com até 15(quinze) anos de fabricação, deverão obter o Ludo ou Relatório de Inspeção Veicular, emitido por Instituição Técnica Licenciada (ITL), devidamente regularizada no Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), que terá validade pelo prazo de 1(um) ano, contado a partir da data de sua emissão, conforme Art. 2º e Art 5º da Portaria 948/2018-GP/DO de 28 de novembro de 2018, expedida pelo DETRAN/GO.
- e. Apresentar o CRLV 2025 do veículo, devidamente cadastrado na categoria de aluguel, com todas as taxas devidamente regularizadas (IPVA, DPVAT, TX., LIC)
- f. O veículo deverá ser de no mínimo: Ano/Modelo:2013/2013;
- g. Composição detalhada dos custos unitários dos itens que compõem os preços contratuais;
- h. Contrato de locação do veículo, caso não for de propriedade do Contratado;
- i. Equipamento registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo (tacógrafo), em perfeitas condições de funcionamento e com Certificado de Aferição emitido pelo INMETRO bem como fornecer ao Departamento de Transporte Escolar Rural o disco utilizado quando solicitado; os veículos contarão de GPS fornecido pelo município, do qual fará o controle da quilometragem rodada para fim de aferição do cumprimento do objeto contratual, será de responsabilidade da contratada quanto ao zelo do equipamento.
- j. Cintos de segurança iguais à lotação;
- k. O veículo deverá ser submetido à inspeção semestral, conforme agendamento pela Gerência de Fiscalização e Segurança do DETRAN/GO, para verificação dos equipamentos obrigatórios de segurança e dos requisitos exigidos na Portaria nº 023/2012-GP/GJUR do DETRAN/GO, **o não comparecimento a tal implicará na suspensão do pagamento.**
- l. **Todos os veículos contratados terão 8 dias úteis para apresentarem laudo de vistoria DETRAN/GO na Superintendência de Transporte Escolar, uma vez não cumprido o prazo, haverá suspensão do pagamento até a apresentação do laudo.**

Subcontratação

4.3 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.4 É vedada a transferência do objeto sob qualquer forma a terceiros e, caso ocorra, o contrato será rescindido na forma da lei, com a aplicação das penalidades previstas na Lei 14.133/2021 e suas alterações.

Garantia da contratação

4.5 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021;

4.5.1 Não será exigida garantia da contratação, contudo, constatando-se quaisquer irregularidades e/ou deficiência na execução dos serviços e/ou objeto, será exigida a sua imediata regularização, considerando-se, a responsabilidade inteiramente da contratada, sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis, sendo ainda, atribuído à contratada os ônus decorrentes dos prejuízos, em caso de desconformidade na execução do objeto conforme o especificado nesse instrumento ou por motivos diversos sucedidos das responsabilidades da Contratada.

5. EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 A contratada deverá realizar a disponibilização inicial dos veículos apropriados para o transporte de passageiros, conforme a necessidade, até 05 (cinco) dias após a assinatura do contrato;

5.2 Os serviços prestados serão devidamente acompanhados e fiscalizados pela Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura, pela Superintendência de Transporte Escolar e pela Superintendência Municipal de Trânsito, ou por servidor autorizado para tal, com poderes amplos e irrestritos para propor penalidades, analisar documentos e vistoriar os veículos;

5.3 A contratada deverá disponibilizar veículos apropriados e adaptados para o transporte de passageiros portadores de necessidades especiais, conforme a demanda da região/itinerário, de acordo com a solicitação da SEDEC, tantos quantos forem necessários para atendimento aos alunos com necessidades especiais de locomoção;

5.4 Os veículos deverão ficar à disposição da CONTRATANTE em tempo integral, ou seja, 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante todo o período de vigência contratual;

5.5 Substituir o veículo quebrado ou defeituoso no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas após a constatação do fato ou a contar da solicitação efetuada pela contratante, providenciando imediatamente meios compatíveis para complementação do traslado interrompido, de tudo dando imediata ciência ao contratante.

5.6 Poderão ser exigidos dos contratados laudos emitidos por oficinas mecânicas credenciadas em que constem informações sobre partes mecânicas, elétricas e hidráulicas do veículo não abarcada por vistorias da SMT/DETRAN, sempre que se fizer necessário;

5.7 O Município implantará sistema de rastreamento GPS ou GPRS em todos os veículos selecionados, para acompanhamento dos trajetos, quilometragem e outras observações;

5.8 Os veículos deverão ter afixado avisos em seu interior em local visível com os seguintes dizeres:

“USO OBRIGATÓRIO DO CINTO DE SEGURANÇA”

“CAPACIDADE MÁXIMA DE PASSAGEIROS” (indicando o nº respectivo de capacidade do veículo)

“PROIBIÇÃO DE CARONAS NÃO AUTORIZADAS”

E na parte exterior adesivo indicando a Serviço da Prefeitura Municipal de Jaraguá e Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura – SEDEC;

5.9 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões no objeto do contrato, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato, na forma prevista pelo art. 125, da Lei nº 14.133/2021.

5.10 Os veículos deverão apresentar autorização especial para o objeto licitado, expedida pelo DETRAN ou CIRETRAN, em função de vistoria periódica (a cada 6 meses), oferecendo perfeitas condições de uso e conservação. Deverão conter todos os equipamentos de segurança (cinto de segurança, tacógrafo, extintores, etc.) e especificações do CONTRAN, e estar com a documentação regular, ou seja, **veículos e motoristas deverão cumprir as exigências dos Arts. 136 a 139, do Código de Trânsito Brasileiro Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997.**

5.11 Fornecer, sempre que solicitados, documentos que comprovem a manutenção das condições de habilitação exigidas para a contratação;

5.12 O contratado deverá dispor do veículo até o encerramento do período de 12(doze) meses corridos, que atenda às determinações das Portarias nº 023/2012-GP/GJUR alterada pela Portaria 602/2014/GP/SG, e Portaria 727/2018-GP/DO alterada pela Portaria 948/2018-GP/DO do DETRAN/GO e Portaria 742/2021 alterada pela Portaria 564/2022.

5.13 Substituir imediatamente o veículo por outro similar, com a mesma capacidade de passageiros e em perfeito estado de conservação, que por qualquer motivo venha a ter sua circulação interrompida. Ficará a critério da contratante, exigir a troca de veículos que não atenderem ao padrão dos serviços contratados;

5.14 Todas as despesas inerentes à realização dos serviços, tais como: manutenção, seguros, taxas, tarifas de pedágio, impostos, sócios e outros que resultarem do fiel cumprimento dos serviços propostos, serão inteiramente de responsabilidade da empresa ou cooperativa contratada, assumir a responsabilidade por todos os encargos.

5.15 A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração do CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE;

5.19 Fica obrigatório o cumprimento do art. 2º, parágrafo 2º da Portaria 727/2018 – GP/DO: “Os veículos com até 15 (quinze) anos de fabricação para veículos ônibus e micro-ônibus, **deverão obter o Laudo ou Relatório de Inspeção Veicular, emitido por Instituição Técnica Licenciada (ITL), devidamente regularizada no Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), que terá validade pelo prazo de 1 (um) ano, contado a partir da data de sua emissão, conforme Art. 2º e Art. 05º da Portaria 948/2018-GP/DO de 28 de novembro de 2018, expedida pelo DETRAN/GO.**

5.20 Garantir à contratante manter-se livre de quaisquer reivindicações, demandas, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes de sua ação ou omissão, obrigando-se a manter a relação na forma contratada e vinculada ao presente termo de especificações do serviço e do edital;

5.21 A contratante não se responsabilizará por prejuízos de qualquer natureza, provenientes de ações de prepostos da contratada a serviço deste órgão, bem como prejuízos causados a terceiros;

5.22 O descumprimento, a qualquer tempo, das cláusulas contratuais ou da legislação vigente, implicará na aplicação de advertência ou multa. E rescisão contratual, em caso de reincidência ou resistência por parte a contratada.

5.23. A contratada deverá apresentar, quando da emissão da Ordem de Serviço, cópia autenticada dos documentos dos veículos apropriados para o transporte dos alunos, conforme relacionados abaixo:

- CRLV do veículo;
- Seguro Obrigatório, por um período de 6 meses e renovação durante toda a vigência contratual;
- Apólice de Seguro, para cada veículo em serviço, com cobertura total para os passageiros, condutor e terceiros, por um período de 6 meses e renovação durante toda a vigência contratual;
- Certidões exigidas e outros documentos solicitados atualizados pela Secretaria de Finanças;

5.24 Por ocasião da assinatura do contrato o (a) contratado (a) deverá apresentar cópia autenticada dos seguintes documentos, podendo apresentar fotocópia acompanhada do original para conferência e autenticação pelo setor competente da Prefeitura Municipal:

- Documentação completa do contratado e do veículo com certificado de propriedade, também acompanhados dos contratos de locações no caso dos veículos não serem de propriedade do contratado;
- Documentação comprobatória da vistoria pela Administração Municipal e pelo DETRAN-GO, visando averiguar a conservação dos veículos e para conferir se os mesmos estão equipados com faixa de identificação de transporte escolar, tacógrafo, assento com cinto de segurança e etc.

Especificações técnicas

5.32 Os serviços serão executados por veículos com capacidade mínima para: 23 (vinte e três) passageiros.

5.33 A contratada deverá entregar o veículo em perfeitas condições de funcionamento, de conservação, manutenção, pintura, segurança e higiene interna e externa, providenciando a devida lavagem quando necessário, documentação atualizada e oferecendo cobertura de riscos total;

5.34 Proteção a danos materiais do veículo locado, que deverá ter cobertura de risco total em casos de colisão, incêndio, furto, perda total, avarias de lanternagem, pintura e outras quaisquer avarias possíveis;

5.35 Em hipótese alguma será devida, pela CONTRATANTE, franquia para conserto de veículos de terceiros, restando tal responsabilidade por inteira conta da seguradora indicada pela CONTRATADA;

5.36 Equipar os veículos de sua propriedade com macaco, chave de roda, extintor de incêndio, triângulo, cinto de segurança e demais utensílios previstos e exigidos pelo Código Nacional de Trânsito, não sendo permitido o uso de pneus recauchutados e/ou reconicionados;

5.37 Nos casos de indisponibilidade do veículo, a CONTRATADA deverá providenciar a sua imediata substituição, a partir da formalização por escrito e protocolada pela CONTRATANTE no setor de protocolo;

5.38 Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes de emplacamento do veículo, manutenção corretiva e preventiva, bem como as de socorro mecânico e guincho 24(vinte e quatro) horas, abrangendo todo o município e suas divisas;

5.39 Substituir os veículos em 24(vinte e quatro) horas, sem nenhum ônus para a CONTRATANTE, em caso de pane por defeito eletromecânico, oriundo de seu uso normal;

- 5.40 Os locatários deverão permitir a plotagem para identificação dos veículos;
- 5.41 Nos veículos serão instalados equipamentos de monitoramento via GPS, assim, como todos os veículos pertencentes a frota da SEDEC;
- 5.42 A CONTRATADA deverá prestar todas as informações e/ou esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE; Responsabilizar-se pelos danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução dos serviços contratados, em razão de sua ação ou sua omissão, ou de quem em seu nome agir, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, bem como proceder imediatamente os reparos ou indenizações cabíveis, assumindo o ônus decorrente, podendo a CONTRATANTE descontar o valor correspondente ao dano dos pagamentos devidos;
- 5.43 A CONTRATADA será responsável por toda e qualquer despesa que tiver de realizar para fiel cumprimento do contrato, inclusive as relativas a seguro, conservação, operação e manutenção preventiva e corretiva dos veículos causadas por desgaste natural e/ou quaisquer outras avarias relativas às partes eletromecânicas, suspensão, latarias, pneumáticos, vidros etc.
- 5.44 Em caso de impossibilidade de tráfego dos veículos, poderá ser utilizado outro modelo de veículo, desde que devidamente comprovada a necessidade e que atenda a todas as exigências contidas neste Termo de Referência, visando a segurança do aluno e a continuidade do serviço.
- 5.45 Os veículos deverão ainda obedecer ao contido nas Portarias 023/2012/GP/GJUR alterada pela portaria 602/2014/GP/SG, e Portaria 727/2018-GP/DO alterada pela Portaria 948/2018-GP/DO, e Portaria 742/2021 alterada pela portaria 564/2022 do Departamento Estadual de Trânsito de Goiás (DETRAN-GO) que versa sobre a idade máxima dos veículos a serem utilizados para o transporte escolar.
- 5.46 O veículo e equipamentos a serem utilizados no serviço ora contratados deverão ser submetidos à vistoria e aprovação da fiscalização antes do início da prestação dos serviços.
- 5.47 A CONTRATADA deverá dispor do veículo até o encerramento deste contrato, caso ocorra a desistência e/ou impossibilidade do serviço por quaisquer motivos por parte da CONTRATADA a mesma deverá oficializar por meio de documento protocolado com no mínimo 30(trinta) dias de antecedência.
- 5.48 Combustível e motorista serão as custas da CONTRATANTE.

6. GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização,

que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos [Lei nº 14.133, de 2021](#).

Fiscalização Técnica

6.7 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7.1 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.7.2 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.7.3 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.4 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.5 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.8 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.1 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.9 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações

contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.10 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.11 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.12 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.13 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.14 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 01(um) dia, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.2 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

Liquidação

7.3 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.3.10 prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.4 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.4.1 o prazo de validade;

7.4.2 a data da emissão;

7.4.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

7.4.4 o período respectivo de execução do contrato;

7.4.5 o valor a pagar; e

7.4.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.5 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.6 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.7 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.8 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 2 (dois) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.9 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.10 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.11 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.12 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

7.13 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGPM de correção monetária.

7.14 O pagamento será efetuado mediante apresentação da nota fiscal, que deve ser protocolada na Superintendência de Transporte Escolar e confiada aos servidores desta pasta, no prazo de 30 (trinta) dias após o seu recebimento, exceto quando da positividade fiscal da empresa, pendências trabalhistas ou laudos de vistorias. Neste caso, o pagamento será feito após a regularização da (s) pendência (s).

Forma de pagamento

7.15 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.16 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.17 O contratado apresentará mensalmente fatura discriminada, juntamente com cópia de sua via dos serviços prestados, para liquidação e pagamento da despesa pela contratante, mediante ordem bancária creditada em conta corrente ou cheque nominal ao portador.

7.18 Nenhum pagamento será efetuado à licitante, enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

7.19 O pagamento será efetuado mensalmente, quando houver a prestação do serviço licitado, de acordo com a comprovação do mesmo, assim, caso não haja prestação do serviço, não será efetuado pagamento.

Cessão de crédito

7.20 É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.20.1 As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.21 A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.22 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de



licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme [o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.23 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.24 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.10 fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

Forma de fornecimento

8.2 O fornecimento do objeto será continuado.

Exigências de habilitação

8.3 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade.

8.6 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede;

8.8 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.10 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#);

8.11 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.12 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.13 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.16 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.17 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.18 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.19 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.20 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ou de sociedade simples;

8.21 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, Lei nº 14.133 de 2021, art.69, caput, inciso II.

Qualificação Técnica

8.22 A contratada deverá apresentar atestado de capacidade técnica, podendo ser apresentado mais de um atestado de atividade pertinente e compatível com o que pretende fornecer, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, informando que a licitante realizou fornecimento com características, quantidades e prazos semelhantes a este objeto.

8.23 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.23.1 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.23.2 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 Os quantitativos totais da contratação é de R\$ 98.319,96 (noventa e oito mil trezentos e dezenove reais e noventa e seis centavos) conforme informações contidas na pesquisa de preços em anexo.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal, para o exercício de 2026;

10.2 A contratação será atendida pela dotação constante a seguir;

Aplicação Programada	Classificação Orçamentária
GESTÃO DAS ATIVIDADES DO TRANSPORTE ESCOLAR	12.361.2437.2.071 – 3.3.90.39.14 FICHA 0718

10.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentaria respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. VIGÊNCIA CONTRATUAL

11.1 Os serviços serão prestados normalmente de segunda a sexta-feira, podendo ocorrer aos sábados, obedecendo ao percurso, o local de embarque e desembarque.



11.2 Ficarà a critério da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura a reprogramação dos dias letivos do ano, com a devida adequação da carga horária mínima de aulas previstas, visando a economicidade do futuro contrato.

11.3 Os preços ofertados pelos licitantes serão fixos e irrevogáveis durante a vigência do contrato, podendo, porém, ocorrer o reequilíbrio econômico-financeiro do mesmo caso haja fundamento relevante para o mesmo.

11.4 O contrato terá vigência de 12 (doze) meses a partir da celebração deste, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, conforme previsão do art. 105, art. 106 e art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

11.5 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões no objeto do contrato, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato, na forma prevista pelo art. 125, da Lei nº 14.133/2021.

Jaraguá/GO, 21 de janeiro de 2026.

Sebastião Soares Filho
Secretária Municipal de Educação, Esporte e Cultura